

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DA ORDEM PÚBLICA E SOCIAL
E CORREGEDORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Contrato de Prestação de Serviços nº 001/2009 - SEOPS, nos
termos do Padrão nº 04/2002.
Processo nº 017.001.338/2008

Cláusula Primeira – Das Partes

O **DISTRITO FEDERAL**, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DA ORDEM PÚBLICA E SOCIAL E CORREGEDORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL**, doravante denominada CONTRATANTE, com sede no SRTVS Q. 701, Bloco K, Térreo, Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o nº 08.944.148/0001-96, representada neste ato por **Roberto Eduardo Giffoni**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 62121 – OAB/RJ, inscrito no CPF sob nº 777.945.167-49, na qualidade de Secretário de Estado, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, e **SPHAERA TURISMO E REPRESENTAÇÃO LTDA.**, doravante denominada CONTRATADA, com sede no SCIA Quadra 14 Conj. 3 Lote 9 – Cidade do Automóvel, Brasília – DF, inscrita no CNPJ nº 72.604.861/0001-90, representada neste ato por **Leonardo da Silva Lisboa**, portador da Carteira de Identidade nº 281.319 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 534.437.306-63, na qualidade de Sócio Diretor.

Cláusula Segunda – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Pregão Presencial nº 004/2008 – CECOM/SUPRI/SEPLAG (fls. 24/70), da Autorização nº 23/2008 (fl. 13), da Proposta (fls. 14/23) e da Lei nº 8.666, de 21.06.1993.

Cláusula Terceira – Do Objeto

O Contrato tem por objeto a prestação de serviço de agenciamento de viagens, por via aérea e terrestre, no âmbito nacional e internacional, compreendendo reserva e entrega de passagens, atendimento em aeropostos e afins, conforme descrição e condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial nº 004/2008-CECOM/SUPRI/SEPLAG (fls. 24/70) e a Proposta (fls. 14/23), que passam a integrar o presente Termo.

Cláusula Quarta – Da Forma e Regime de Execução

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada global, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Quinta – Do Valor

5.1 – O valor total do Contrato é de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), devendo ser atendido à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente.

5.2 – Os Contratos celebrados com prazo de vigência superior a doze meses, terão seus valores, anualmente, reajustados por índice adotado em lei, ou na falta de previsão específica, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

rubiffoni

Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária

6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 45101

II – Programa de Trabalho: 04.122.0100.8517.6989

III – Natureza da Despesa: 339033

IV – Fonte de Recursos: 100000000

6.2 – O empenho inicial é de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), conforme Nota de Empenho nº 2009NE00029, emitida em 23/1/2009, sob o evento nº 400091, na modalidade Estimativo.

Cláusula Sétima – Do Pagamento

O pagamento será feito em conformidade com o item 11 do Edital de Pregão Presencial nº 004/2008 – CECOM/SUPRI/SEPLAG através de nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência

O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, permitida a prorrogação por iguais e sucessivos períodos através de termo aditivo, caso seja de interesse da Administração, até o limite legal constante do art. 57, inciso II, da lei 8666/93.

Cláusula Nona – Das garantias

A garantia para a execução do Contrato será prestada conforme item 12 do Edital de Pregão Presencial nº 004/2008 – CECOM/SUPRI/SEPLAG e será de 2% (dois por cento) do valor total do Contrato.

Cláusula Décima – Das Obrigações da Contratante

11.1. Indicar o executor interno do Contrato, conforme Art. 67 da Lei 8.666/93 e § 3º, Inciso II do Art. 13 do Dec. 16.098/94;

11.2. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;

11.3. Fornecer e colocar à disposição da Contratada, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;

11.4. Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no serviço;

11.5. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência sobre multas, penalidades quaisquer débitos de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do objeto contratado;

11.6. Cumprir e fazer cumprir, por intermédio do Executor, os termos do Contrato, observando-se, primordialmente, a legislação afeta aos contratos administrativos;

11.7. Facilitar o contato direto entre preposto da CONTRATADA e usuários do serviço;

11.8. Notificar à contratada, por escrito, sobre qualquer anormalidade que for detectada na execução dos serviços por parte dos seus empregados;

11.9. Prestar toda e qualquer informação necessária para a boa execução dos serviços contratados;

11.10. Acompanhar o desempenho dos empregados da CONTRATADA na execução dos serviços;

subscrito

- 11.11. Exigir credenciamento dos funcionários designados pela CONTRATADA para a execução dos serviços solicitados;
- 11.12. Efetuar os pagamentos devidos de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal;
- 11.13. Disponibilizar meios de comunicação como: telefones fixos e celulares, fac-símiles, rádios comunicadores, e-mail.

Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

- 11.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório;
- 11.2. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços;
- 11.3. Responsabilizar-se das eventuais despesas para execução do serviço solicitado, qualquer que seja o valor, e cumprir todas as obrigações constantes do(s) Anexo(s) deste Ato Convocatório;
- 11.4. Retirar a nota de empenho e/ou assinar o termo de contrato no prazo estipulado pela Administração;
- 11.5. Indicar preposto da empresa e/ou substituí-lo sempre que for solicitado pela Administração;
- 11.6. Tratar com presteza e urbanidade Executor, servidores e usuários dos serviços;
- 11.7. Designar para execução e acompanhamento dos serviços somente profissionais qualificados;
- 11.8. Zelar pelas condições ideais de limpeza, higiene e segurança das dependências onde Executor, servidores e usuários dos serviços serão recepcionados;
- 11.9. Notificar à Administração por escrito de qualquer anormalidade detectada seja na execução do serviço sejam no relacionamento pessoal entre Executor, servidores, usuários dos serviços e Prepostos;
- 11.10. Arcar com eventuais prejuízos causados à Administração ou a terceiros por funcionários e/ou prepostos da empresa na execução dos serviços contratados;
- 11.11. Arcar com as despesas referentes a salários, encargos sociais, seguro de acidentes pessoais ou em grupo, vale transporte, auxílio alimentação e demais encargos atuais ou futuros, decorrentes da relação de trabalho entre empregador e empregado;
- 11.12. Encaminhar ao Órgão, para execução de serviços, somente funcionários devidamente identificados, ou seja, portando crachás, credenciais, etc;
- 11.13. Cumprir rigorosamente a Lei Trabalhista, as Normas de Medicina e segurança do Trabalho, o Código Civil e demais regulamentos aplicáveis às relações de trabalho e contratuais administrativas;
- 11.14. Repassar para a Administração todos os benefícios e vantagens decorrentes da utilização das tarifas promocionais praticadas pelas concessionárias dos serviços de transportes;
- 11.15. Disponibilizar exemplar mensal do guia Panrotas;
- 11.16. Disponibilizar os meios de comunicação necessários na obtenção e na prestação dos serviços contratados – como: telefones fixos e celulares, fac-símiles, rádios comunicadores, e-mail;

rubiffoni

11.17. Apresentar fatura mensal dos serviços executados no período, devidamente acompanhadas das certidões negativas de débitos exigidas em lei;

11.18. Os prêmios ou créditos de milhagem oferecidos pelas companhias de transporte aéreo, quando resultantes de passagens adquiridas com recursos públicos da administração direta ou indireta de qualquer dos poderes do Distrito Federal, serão incorporados ao erário e utilizados apenas em missões oficiais, conforme disposto na Lei nº 3.952, de 16 de janeiro de 2007;

11.19. A obrigatoriedade de que as passagens aéreas adquiridas pela Administração sejam emitidas em nome do servidor/nome da unidade, de modo que se possa estabelecer o controle das milhas em conta específica;

11.20. Os valores dos prêmios/bônus por milhagens decorrentes de passagens aéreas arcadas pelo erário sejam informados periodicamente à unidade gestora para utilização em viagens a serviço público;

11.21. Glosar na fatura a importância ao valor nominal dos bilhetes de passagens que venham a ser emitida pela contratante, referente ao desconto ofertado na proposta.

Cláusula Décima Segunda – Da Alteração Contratual

12.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

12.2 – A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

Cláusula Décima Terceira – Das Penalidades

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a CONTRATADA à multa prevista no Edital de Pregão Presencial nº 004/2008 – CECOM/SUPRI/SEPLAG, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

Cláusula Décima Quarta – Da Dissolução

O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

Cláusula Décima Quinta – Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a CONTRATADA às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Cláusula Décima Sexta – Dos débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

autógrafa

Cláusula Décima Sétima – Do Executor

O Distrito Federal, por meio da CONTRATANTE, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

Cláusula Décima Oitava - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês subsequente de sua assinatura, após o que deverá ser providenciado o registro pela Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e Corregedoria-Geral do Distrito Federal.

Cláusula Décima Nona – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes juntamente com as testemunhas abaixo.

Brasília, 5 de março de 2009.


ROBERTO EDUARDO GIFFONI
Secretário de Estado


LEONARDO DA SILVA LISBOA
Sócio Diretor

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____